

A Administração da arquitectura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na 1ª metade do século XVII

Miguel Soromenho

Instituto Português de Museus

Palacio Nacional de Ajuda. Lisboa

Recebido em 12 de Maio de 2000. Aceite em 12 de Junho de 2001.

O processo de centralização administrativa das grandes obras arquitectónicas de iniciativa régia é um facto marcante da história da arquitectura europeia a partir do século XVI. Este processo, de que uma nova forma de organização dos estaleiros foi o aspecto mais visível e que foi acompanhada pela generalização de uma direcção técnica também unificada, parece ter andado de par com a extensão inevitável dos poderes ordinariamente exercidos pela Coroa, mas ela liga-se, inevitavelmente, a um crescente desejo de manipulação política da arquitectura.

Em França, por exemplo, os primeiros sinais desta evolução aparecem com Francisco I que estabeleceu, em 1528, uma administração única para os mais importantes estaleiros reais, administração essa com autoridade progressivamente aumentada para todas as obras custeadas por dinheiros públicos¹ e que estará na base da criação posterior da *Surintendance des Bâtiments du Roi*². A evolução ocorrida em Espanha é idêntica, além de se poder reconhecer uma inegável identidade cronológica entre os dois processos. À independência de gestão característica da época dos Trastámaras, contrapõe Carlos V uma certa centralização administrativa, em que se pode reconhecer a recuperação da tradição flamenga, reforçada pela nomeação de Enrique Persoenes como “aposentador de palácio”³. É esta política, que se desenvolverá preferencialmente em relação aos palácios reais, que um decreto de 1537 vem consagrar, ao colocar sob uma mesma direcção administrativa os Alcazares de Madrid, Toledo e Sevilha. Em 1545 Filipe II cria a *Junta de Obras e Bosques*, primeira estrutura com existência regulamentada e com competências reais de administração dos domínios régios, de cujo seio surgirá, em 1635, o importantíssimo cargo de

Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte (U.A.M.). Vols. IX-X, 1997-1998

Superintendente de las Obras Reales, com acção vedada todavia à esfera técnica dos empreendimentos e poderes limitados por aquela mesma *Junta*⁴.

Deixando de lado outros casos paradigmáticos⁵, estes são suficientes para um entendimento comparativo da situação em Portugal, completamente desconhecida na sua génese e posterior evolução. Importa reconhecer para já que, em Portugal, esta evolução parece ter sido bastante mais precoce. D. João I, sabêmo-lo, depositava grande confiança em Gonçalo Lourenço, seu escrivão da Puridade, para a condução de algumas obras, o que lhe provocava, muitas vezes, problemas de natureza jurisdicional com os oficiais encarregados dos estaleiros⁶. Este empenho pessoal reforçou-o o monarca pela criação do ofício de Vedor das Obras Reais. Acaparado até à época de D. Manuel por diversos cortesãos, caracterizou-o porém uma evidente descontinuidade territorial e uma projecção pouco mais do que honorífica⁷, além de que a sua acção se confinava à manutenção dos paços reais. A uma delegação de poderes pouco mais do que informal, haveria pois de suceder uma estrutura mais sólida, coincidindo normalmente o seu aparecimento com uma época de intensa actividade artística e, por maioria de razões, com um período marcado pelo forte sentido ideológico das grandes encomendas régias. Confirmada a origem medieval da tendência para a concentração das responsabilidades administrativas das obras reais num ofício autónomo, ainda que os seus contornos originais se mostrassem algo imprecisos, é necessário realçar que é a partir do modelo de gestão integrada dos palácios reais –chegando quase a meia centena no século XV– que se conforma a futura Provedoria das Obras Reais⁸.

O cargo de Provedor das Obras Reais aparece, pela primeira vez, em tempo de D. Manuel. Bartolomeu de Paiva, amo do Príncipe D. João, ocupou efectivamente o cargo, e por ele recebia, em cada ano, trinta mil reais de rendimento⁹. Foi decerto nessa qualidade que Bartolomeu de Paiva representou o rei no contrato firmado com o pintor Bartolomeu Fernandes, em 1518, para a pintura e douramento do côro da igreja de Sto. António, ou que procedeu à distribuição de alguns pintores em diferentes empreitadas, como revelava em carta endereçada a Afonso Monteiro, almoxarife das obras da Casa da Índia¹⁰. Já na altura porém, o objectivo de ligar o cargo à direcção de grandes obras architectónicas era evidente. As instruções passadas por Bartolomeu de Paiva para a construção da igreja de S. Francisco de Lisboa, em carta de 1519, exorbitavam o alcance de um mero exercício de administração sobre uma obra, denunciando pelo contrário a definição, por parte do encomendante, que representava, de um programa architectónico preliminar¹¹. A capacidade de imposição de partidos passava mesmo a confundir-se com o próprio debuxo da obra! Se não merecem crédito as notícias sobre a autoria das casas da Câmara de Setúbal, em 1526¹², e da empreitada de 1528 em Santa Cruz de Coimbra¹³, ambas dadas a Bartolomeu de Paiva, esta tradição atributiva é um sintoma do peso crescente desta nova figura da administração real¹⁴, o que se explica naturalmente no panorama de uma arquitectura em fase rápida de transição. A introdução das formas do primeiro Renascimento pressupunha a erradicação da cultura prática dos estaleiros e a sua substituição por uma arte com regras de composição estritas, assente na repetição de um repertório decorativo limitado e tipificado e na manipulação de noções de proporcionalidade mais complexa, que passavam a ser explicitamente impostas nos contratos entre os encomendantes e os mestres pedreiros e architectos. No arranque da campanha dos Castilhos nos Jerónimos, em 1516-1517, em Santa Cruz de Coimbra ainda com Diogo de Castilho, em Tomar ou em Alcobaca, Bartolomeu de Paiva é de facto «o homem-chave» a quem se deve uma deslocação de gosto sem precedentes e a reorientação do mecenato régio¹⁵, tanto quanto uma certa disciplina no cumprimento das ordens régias relacionadas com o andamento de obras públicas essenciais¹⁶.

É posterior ao desaparecimento de Bartolomeu de Paiva o primeiro alvará régio com menção explícita do cargo de Provedor das Obras Reais, passado por D. João III, em 1536, na pessoa de Pero Carvalho¹⁷. Apontando concretamente as obras dos “...mosteiros, Igreyas e espritaes que se per meu mandado fizerem...”, o que não pode deixar de ser entendido como uma fórmula estereotipada de chancelaria, revela contudo as verdadeiras intenções régias. O desempenho de Pero Carvalho à frente da Provedoria, que serviu na perfeição os interes-

ses mecenáticos do Rei e o seu interesse genuíno pela arquitectura¹⁸, foi fundamental para a afirmação institucional do cargo¹⁹. Aperfeiçoou-se sem dúvida a estrutura administrativa —que incluía a organização de registos próprios²⁰— ao mesmo tempo que se alargaram os seus conteúdos funcionais, alargamento que constitui a segunda particularidade a assinalar no caso português e que remete, uma vez mais, para a tentativa de controle político de um amplo feixe de manifestações artísticas. Além da intervenção directa de Pero Carvalho nas obras de arquitectura do reinado joanino²¹, cabia de facto ao Provedor a gestão financeira dos importantes trabalhos de fortificação das praças marroquinas e a mediação entre os architectos ali destacados e o rei²².

A sua acção estendeu-se ainda a outros domínios, entre os quais, o da organização de grandes celebrações públicas não era, certamente, o de menores implicações. Compreende-se porquê. Desde o século XV, pelo menos, a festa tornara-se uma das formas correntes de legitimação política e dinástica, servida na perfeição, aliás, pelo sistema de referências da cultura clássica, pelo seu corpo de imagens alegóricas e pela sua arquitectura triunfal. Se as Entradas Régias tiveram, neste aspecto, um lugar de destaque, o processo de apropriação estendeu-se a todo um vasto conjunto de manifestações, incluindo casamentos, cerimónias fúnebres e exéquias, e ainda a todo o tipo de festas públicas correntes na época²³. O profundo envolvimento do Provedor Pero Carvalho nas cerimónias de trasladação dos restos mortais de D. Manuel e de D. Maria do convento da Madre de Deus para o panteão dos Jerónimos²⁴ é, neste capítulo, eloquente. A trasladação das ossadas reais, além das implicações meramente administrativas que levantava, obrigou a uma coordenação cuidada da cerimónia e a um trabalho minucioso de pequenas empreitadas decorativas na igreja de Belém.

Limitado, como vimos, à administração das obras públicas, ao Provedor não se lhe pedia, certamente, uma intervenção dirigida a questões de gosto e de opção estética. Porém, não só o particular valimento de Pero Carvalho como a circunstância das deslocações que fez fora do reino, nomeadamente a Sabóia, colocam a possibilidade de não se ter resignado a uma acção passiva, antes servindo mesmo o esforço de actualização da arte portuguesa durante o reinado de D. João III: através de uma rede indispensável de solidariedades pôde, de facto, influenciar directamente o regime de encomenda, e está ainda por apurar o seu contributo para a formação de Francisco de Holanda, cujo irmão, Miguel, foi criado em casa de Pero Carvalho²⁵. Os seus últimos anos de actividade não estão perfeitamente esclarecidos. O último documento que o nomeia como Provedor data de 1558²⁶ e, em 1562, era já João de Carvalho, seu filho, quem ocupava o cargo²⁷, com um ordenado anual de trinta mil réis.

Em meados do século, a extensão dos serviços dependentes da provedoria era um facto inquestionável. É este contexto de alargamento que explica o aparecimento de uma outra figura de funcionário e a construção de uma carreira burocrática ligada em exclusivo à coordenação de obras de arquitectura e engenharia. Trata-se do fidalgo da Casa Real Álvaro Pires, ou Álvaro Pires de Landim, oriundo de uma família de funcionários régios, combatente nas praças do Norte de África —é armado cavaleiro em Arzila, em 1537—, sucessivamente escrivão do Conselho da Fazenda e escrivão dos resíduos e capelas do Reino²⁸. Pelo menos desde 1550 o nome de Álvaro Pires passa a constar das Chancelarias, como escrivão da Provedoria das Obras Reais²⁹, mas tudo a leva a crer que tivesse passado a desempenhar, desde cedo, um papel bem mais relevante. A atenção aos problemas da fortificação dos Açores³⁰, a coordenação de uma importantíssima viagem à Madeira e Açores (1567), igualmente com objectivos de organizar os recursos defensivos da ilha e em que participou, entre outros, o célebre engenheiro de Tomás Benedito de Pesaro³¹, o facto de o seu nome aparecer com mais insistência nos alvarás relacionados com engenheiros e arquitectos destacados para as praças coloniais, tudo leva a crer estamos perante um caso característico de especialização funcional. Nesse caso, depois de ter servido, numa primeira fase e sob a mão firme de Bartolomeu de Paiva, ao enraizamento da arquitectura renascentista, que se fez obrigatoriamente a partir da direcção de uma elite italianizada contra a cultura difusa e popularizada dos artistas tardo-góticos, o ofício de Provedor das Obras passava a subordinar-se às exigências estratégicas de um Império em construção, exigências essas que estariam também na base da constituição, anos mais tarde, de um ofício com objectivos semelhantes, o de Engenheiro-Mor do Reino³². Coincidência curiosa, ou não, o desaparecimento de Pero Carvalho (1568?) era pouco posterior ao episódio da renúncia da regência por parte de D. Catarina (1562) e, logo, do fecho de um ciclo inigualável de encomendas régias. A falta de meios, a instabilidade política, o alheamento de D. Sebastião e a dispersão das maiores iniciativas arquitectónicas³³ que daí resultou, abrem então um período de apagamento relativo do cargo de Provedor.

Só em 1578 ou 1579, com a morte de João Carvalho na batalha de Alcácer-Quibir, onde acompanhara D. Sebastião³⁴, a propriedade do ofício passaria a Álvaro Pires, justamente numa época em que o início da dominação castelhana representava uma renovação da intervenção mecenática do rei e a abertura de alguns importantes estaleiros.

As grandes reformas no velho Paço da Ribeira e a construção do torreão adjacente foram as primeiras iniciativas artísticas acarinhadas por Filipe II. Mesmo antes

da sua entrada na capital, já o monarca castelhano mostrava interesse pela renovação do palácio real de Lisboa, entregando inclusive a Filipe Terzi, provavelmente em Dezembro de 1580, enquanto a côrte estadeava em Elvas, o programa arquitectónico para o novo edifício³⁵, realizado a partir dos levantamentos prévios feitos pelo próprio Terzi, auxiliado pelo engenheiro italiano Juan Bautista Antonelli, e enviados pelo Duque de Alba em Novembro de 1580³⁶. A Álvaro Pires caberia a difícil gestão financeira do projecto. A regularidade na obtenção de notícias era essencial e, pelo menos durante os primeiros meses do ano de 1581, elas não faltaram: além da missiva de 14 de Janeiro, em que se pedia ao Meirinho pressa nos trabalhos, organização nas contas e boa colaboração com Álvaro Pires, outras tocando o mesmo assunto eram enviadas para Lisboa a 1 de Fevereiro³⁷, 21 de Março³⁸ e 14 de Abril, acusando esta última a paragem da obra, comunicada por Filipe Terzi, por falta de verbas³⁹. As respostas do Meirinho, a quem, dada a ausência do Rei, cabia o controlo do Provedor, eram imediatas, satisfazendo-se assim as urgências de Filipe II⁴⁰.

Como meio de projecção da imagem de um poder real renovado, a reconstrução do Paço da Ribeira não podia deixar de ser mais oportuna, e daí a quantidade de meios mobilizados, acompanhando então uma política sistemática apostada em obras de grande escala, arquitectonicamente homogéneas e em íntima ligação com ambiciosos programas de engenharia e urbanística. Se, para os objectivos que se propunha, contava Filipe II com o concurso de Juan de Herrera, a reorganização dos modelos de funcionamento dos estaleiros e o reforço de um controlo unificado para todas as obras régias facilitaram uma rápida obtenção de resultados⁴¹. Em Portugal, a tradição de autoridade representada pela Provedoria das Obras Reais serviu da melhor maneira o intervencionismo a que Filipe II aspirava, tanto mais que a ausência da Côrte requeria, no futuro, uma mediação mais forte entre o rei e os arquitectos e engenheiros portugueses. Só isso explica a súbita presença do Provedor em todas as grandes encomendas artísticas da época, a regularidade das informações remetidas ao Rei e mesmo a extensão das atribuições a questões marginais de administração pública, não sendo estranha a este verdadeiro período de ouro a peculiar personalidade do Provedor que haveria de suceder a Álvaro Pires, um neto de Pero de Carvalho que recuperava, assim, a propriedade de um ofício que andara longamente na família. No dia 20 de Outubro de 1588 registava-se a mercê do cargo de Provedor das Obras Reais em nome de Gonçalo Pires Carvalho, contemplando este fidalgo da Casa Real com 30 mil réis de ordenado anual, o mesmo dos antecessores⁴².

A direcção de construção, restauro e manutenção dos palácios reais portugueses ocupou o grosso da activida-

de de Gonçalo Pires Carvalho durante as décadas seguintes, aqui se traindo a paradoxal política artística dos primeiros Filipes em relação ao Reino conquistado. É um facto que Filipe II estadeou em Portugal por um período dilatado, logo após 1581, e que a viagem de Filipe III, muitas vezes adiada e só consumada em 1619, obrigava à manutenção regular dos aposentos da côrte: mas, destinados a apenas servirem de forma esporádica, dificilmente se entende o verdadeiro sentido desta atitude, senão como forma de reforçar a *visibilidade simbólica da casa do rei*. À produção dos circunstanciados relatórios que Gonçalo Pires Carvalho elaborava sobre o estado das obras e os gastos financeiros, respondiam Filipe II e Filipe III com a promulgação de regimentos que facilitavam a organização e a celeridade dos trabalhos. O mais antigo destes regimentos data de 26 de Abril de 1589 e fixava, justamente, as regras a observar nas despesas com as obras nos Paços⁴³, disposições mais tarde reiteradas por um novo regimento enviado a 12 de Novembro de 1595. A morte de Filipe II, ocorrida em 1598, não alterou visivelmente o estado das coisas. Logo em 1601 (30 de Julho) o novo monarca pediria ao Provedor uma avaliação dos palácios reais, remetida por este a 10 de Novembro, incluindo considerações sobre as fábricas, *aonde estão asentadas e como se despende o dinheiro dellas e o que parece que se deve fazer para Sua Magestade ser melhor servido*⁴⁴. Em 19 de Maio de 1602 o Provedor reincide: nesta data remetia uma relação sobre *o danifamento dos paços de almeirim e da ribeira de muja e os que estão junto ao mosteiro da serra, de salvaterra e sintra e dos orçamentos delles com o que parecia se devia fazer de novo para a vinda de Sua Magestade*. Enfim, a 22 de Outubro de 1604, a carta de Gonçalo Pires retomava as questões da forma de arrecadação e distribuição do dinheiro das obras, do pagamento dos ordenados ou das cautelas a ter com as empreitadas, que apenas deviam ser entregues a oficiais mecânicos.

O lugar privilegiado concedido no mecenato arquitectónico filipino aos palácios, essa verdadeira obsessão pela manutenção da dignidade áulica deles, ia de par, evidentemente, com a tentativa de os adaptar, como vimos, à imagem homogénea de um “estilo real”⁴⁵ e, porventura, às necessidades de etiqueta da côrte espanhola. O concurso de arquitectos espanhóis, era, para isso, essencial. Nas maiores empresas, aquelas ligadas directamente à Casa real, embora deixando a execução a artistas portugueses, existiu sempre uma forma qualquer de controlo, exercido ora através da entrega directa do projecto ora através da censura a planos enviados para serem apreciados na côrte. Além de Juan de Herrera, de cuja viagem a Lisboa desconhecemos exactamente os objectivos –descontando uma virtual intervenção na génese projectual de São Vicente de

Fora—sobra Francisco de Mora a quem, sabêmo-lo, se deve uma influência algo mais profunda e duradoura na evolução posterior da arquitectura portuguesa⁴⁶. A uma primeira estadia, colocada dubitativamente por A. Bustamante e F. Marias entre 1581 e 1583, e com um breve intervalo entre Março e Junho de 1582⁴⁷, sucedeu-se uma outra, que poderá ter decorrido de 1605 a 1608⁴⁸. Ora, estas viagens de inspecção de Francisco de Mora, na altura Aposentador de Filipe III, foram preparadas e acompanhadas de perto por Gonçalo Pires Carvalho, cuja acção terá sido decisiva para o êxito da jornada. Em carta expedida a 29 de Janeiro de 1605, o Vice-Rei D. Pedro de Castilho dava conta das providências tomadas pelo Provedor, à espera de Francisco de Mora, que vinha *ver todas as Casas que V. Magestade tem neste Reino, e advertir do conserto que nellas se ouver de fazer*⁴⁹. Um traço do paço da Ribeira e de Almeirim executadas pelo arquitecto bem como a relação das despesas, assinadas também por Gonçalo Pires Carvalho, seguiram poucos dias depois⁵⁰, duas destas traças podendo bem ser a planta e o corte da zona baixa do Torreão da Ribeira, recentemente identificados, estudados e atribuídos a Francisco de Mora⁵¹.

Se nos é difícil apreender hoje alguns dos limites da acção do Provedor das Obras Reais nos alvares do século XVII, nomeadamente a possibilidade prática de intervir na escolha e execução de determinados partidos construtivos, não restam dúvidas de ter acompanhado de perto uma necessária mutação da arquitectura do seu tempo. Esta mutação de que falamos diz essencialmente respeito às alterações na organização do trabalho e do ensino, ao correlativo fortalecimento do estatuto do arquitecto e ao desaparecimento dos vestígios arcaizantes do sistema corporativo ainda vigente nos estaleiros.

A assistência dada por Gonçalo Pires Carvalho ao monumental empreendimento de São Vicente de Fora revelou-se, sem dúvida, importante. Além dos palácios reais, foi na reconstrução desta igreja que a nova dinastia pôs mais empenho, aliás com intenções políticas bem precisas. Dos traslados das plantas enviadas para Lisboa por Filipe II, entregou-se um ao Provedor das Obras, além daqueles destinados ao prior do mosteiro, ao presidente e oficiais da câmara da cidade e ao arquitecto Baltasar Álvares. A obra devia assim ser continuamente seguida por Gonçalo Pires, tanto mais que, com as traças, tinha recebido instruções precisas sobre o modo de desenvolvimento dos trabalhos. Um dos mais interessantes pontos abordados na missiva de Filipe II que acompanhava as traças⁵², refere-se à ordem dada ao Provedor para, na obra de S. Vicente, substituir o regime de jornal pelo de empreitadas, *porque se me disse*, afirmava o rei, *que seria (de) mais proveito para esta fábrica*⁵³. Uma alteração semelhante produzira-se anterior-

mente na obra do Escorial, alteração promovida depois da ascensão de Juan de Herrera à direcção da fábrica, em 1572⁵⁴. Se a sugestão não podia ter partido de Herrera, que havia já falecido⁵⁵ quando a carta foi enviada para Lisboa, as instruções ali contidas não deixavam de evocar o ambiente inovador do Mosteiro espanhol, o mesmo que vira afirmar-se de forma definitiva essa figura do arquitecto albertiano, completamente alheado do “âmbito material da obra”.

Um mesmo espírito de *aggiornamento* transparece no processo de institucionalização do ensino da arquitectura. Em 1594, a criação de *três lugares de aprender a arquitectura*, promovida por Filipe II, resgatava a prática pedagógica dos limites estreitos da aula paçã que servira a D. Sebastião e outros moços fidalgos, ao mesmo tempo que a subtraía, também, ao sistema tradicional de aprendizagem na obra, típico ainda do mundo corporativo da Idade Média⁵⁶. As tarefas de coordenação desta Aula foram, mais uma vez, entregues ao Provedor das Obras Reais, cuja presença se percebe mesmo para além das fórmulas tipificadas da legislação que a criava e que detinha a suficiente autoridade, por isso, para insistir anos mais tarde na nomeação do arquitecto Mateus do Couto para *leer a lição de Architectura*, no lugar de Filipe Terzi⁵⁷.

Este processo de instrumentalização do ensino da arquitectura e o esforço de o integrar no patamar de uma “carreira” totalmente consagrada ao serviço “oficial” vinha completar uma operação que, de facto, se destinava a controlar a montante e a juzante as condições de produção arquitectónica: estabelecia o limite de admissão de aprendizes, assegurava a fidelidade aos programas teóricos estabelecidos pelos arquitectos da côrte, garantia resposta a eventuais necessidades construtivas bem como, em outro plano, fazia estender a racionalidade de organização do Estado Moderno ao mundo do estaleiro, instaurando ali as mesmas regras de funcionamento administrativo e obediência hierárquica⁵⁸. Não admira por isso a quantidade de assuntos, atribuições e competências que, sobre o Provedor das Obras Reais, passaram a recair, sem dúvidas muitos mais do que em todos os reinados anteriores aos de Filipe II e Filipe III. À tentação totalitária da Provedoria, que foi causa de acesas disputas, opôs-se sobretudo a Mesa de Consciência e Ordens, queixosa das repetidas tentativas de interferência do Provedor nas questões das suas obras⁵⁹, registando-se também outros focos de resistência, como o do poderoso “complexo” industrial-militar dos *almasens fundições poluora Barquerena e fornos da outra banda* que em 1626 reafirmava a sua tradição de autonomia neste campo em consulta contra Gonçalo Pires Carvalho⁶⁰.

É preciso, todavia, distinguir as diversas modalidades de intervenção do Provedor que variavam, aliás, segundo interesses perfeitamente conjunturais. Além

de fiel depositário dos planos das obras, uma competência de nítido alcance simbólico⁶¹, muitas vezes serviu Gonçalo Pires Carvalho apenas como intermediário do rei, distribuindo as esmolas que alimentaram um período de intensíssima actividade construtiva: topâmo-lo, por exemplo, em Maio de 1605 envolvido numa campanha de concertos no refeitório dos frades de S. Francisco da Cidade de Lisboa⁶² e, em 1608, aliviando a necessidade de dois mil cruzados para se poder acabar a capela-mor da igreja do mosteiro da Batalha⁶³. O papel de administrador de alguns dos bens da Coroa coube-lhe igualmente⁶⁴, tanto como a responsabilidade de organização de grandes festejos públicos, que chegou a disputar com a Câmara de Lisboa⁶⁵. Cabe ressaltar que, no capítulo destas realizações efémeras, o Provedor dividia-se entre a codificação das próprias cerimónias e a preparação das estruturas arquitectónicas necessárias, de que foi exemplo cabal a preparação da eça que serviu nas exéquias de Filipe II realizadas nos Jerónimos em 1599. Projectada por Nicolau de Frias, a construção da máquina dórica que ocupava o cruzeiro da igreja contou com a supervisão atenta de Gonçalo Pires Carvalho, tarefa que absorveu o Provedor dias a fio e que pedia expressamente a habilitação de leitura e compreensão dos desenhos arquitectónicos fornecidos pelo arquitecto⁶⁶.

Mas, o que importa assinalar, é o papel do Provedor na concretização de um bom conjunto de projectos, todos aqueles, afinal, em que se jogava o prestígio da Coroa, e vimos já como Gonçalo Pires guardava, por exemplo, uma das plantas originais da igreja de S. Vicente de Fora embora coubesse neste caso, à Câmara de Lisboa, a efectiva fiscalização das obras⁶⁷. Na mesma linha de um intervencionismo com intuítos de legitimação dinástica, o Mosteiro de Santa Maria de Belém ou dos Jerónimos constituía outro objectivo mecenático dos Filipes e, o acabamento dos túmulos do Cardeal-Infante D. Henrique e de D. Sebastião, um excelente pretexto de demonstração de boa vontade e de veneração celebrativa da memória dos últimos reis portugueses. No correio ordinário de 6 de Abril de 1607 seguiam para a Corte as traças das sepulturas⁶⁸, no de 23 de Junho *uma certidão da conta do Almojarife que correio en Bethlem com as sepulturas dos Rejs*⁶⁹ e no dia 7 de Julho novo envio de traças, acompanhadas de uma relação do Provedor das Obras⁷⁰. Em 1608, Gonçalo Pires Carvalho aguardava mais instruções para a continuação da empreitada⁷¹. Uma discreta emulação com o mosteiro do Escorial aflorava na modernização forçada dos Jerónimos: em 1592 o pintor Diogo Teixeira obrigava-se a executar quatro painéis para um altar da igreja *da maneyra que lhe he mandado pollo senhor provedor Gonçalo Pires*⁷²; em 1597, o arquiduque Alberto queria que as novas lâmpadas em prata destinadas às capelas do cruzeiro fossem copiadas

das do Escorial e fabricadas na Alemanha⁷³; e após o acabamento dos sarcófagos régios, a nova escadaria do mosteiro, concebida pelo arquitecto Teodósio de Frias e erguida pelo pedreiro Gonçalo Vaz em 1625, reproduzia o modelo «imperial» utilizado em São Lourenço, na verdade um modelo de eficaz projecção áulica e sabor palaciano⁷⁴.

O controlo das grandes empresas da engenharia militar contemporânea não estava, evidentemente, afastado das preocupações reais e, na época, o seu processo de autonomização da alçada da Provedoria das Obras não se tinha sequer iniciado. Entre todos os projectos, ao da defesa e desassoreamento da barra de Lisboa foram afectados os maiores recursos e destinados os principais engenheiros disponíveis no reino, ao mesmo tempo que no seio das discussões mantidas em torno da questão surgiram os sinais mais singulares de um saber tecnológico que convocava, para além do campo circunscrito da arquitectura militar, conhecimentos de hidráulica, mecânica e cartografia, regimes de ventos e marés e a própria experiência dos pilotos mais capazes da barra, conhecimentos esses na origem da produção de um completo conjunto de cartas, plantas e desenhos, que dá verdadeiramente conta de boa parte da cultura técnica da época, aquela que, pelo menos, o Provedor das Obras era suposto controlar⁷⁵. A participação de Gonçalo Pires Carvalho deve remontar à primeira fase de trabalhos na barra, ordenados por Filipe II em 1589, mas só em 1595 aparece pela primeira vez explicitamente nomeado o Provedor, então referido pelo Pe. Casale como depositário das traças do forte de São Gião⁷⁶. Na mesma data, uma vistoria às condições de navegabilidade da barra contara com a presença de Gonçalo Pires Carvalho, mas a degradação da situação, porventura o processo de assoareamento que a construção do Bugio fizera acelerar, mantinha as atenções concentradas nos trabalhos do rio. No ano de 1607 o Provedor solicitava ao engenheiro Leonardo Turriano novos estudos, depois entregues em mão ao Rei por ordem do Vice-Rei D. Pedro de Castilho, juntamente com um relatório sobre o andamento da construção da fortaleza da Cabeça Seca⁷⁷.

Ao contrário do que possa parecer, não era apenas pelo cumprimento de cargos de direcção de obras que os engenheiros deviam obediência ao Provedor. De facto, a dependência funcional deles estava fixada nas disposições que regulavam a estrutura institucional da Provedoria das Obras e assim aparecem numa relação manuscrita pouco anterior à Restauração⁷⁸. O elenco de funcionários constantes deste papel é notável e, além do próprio engenheiro-mor, lugar que nessa altura “estava provido em Diogo Torriano, com condição de ir estudar quatro annos a Italia, e la foi, e não se proveo entretanto”, dos engenheiros da Índia, do Brasil e do Algarve, o Provedor estendia a sua autoridade a arquitectos e mes-

tres de obras, escrivães, relojoeiros, pintores ou a simples varredores dos paços reais. A associação do filho de Gonçalo Pires Carvalho ao expediente da Provedoria foi uma das formas encontradas para fazer face a um crescente volume de trabalho, ao mesmo tempo que garantia a obtenção de novos ordenados e prebendas. Segundo Gastão de Melo de Matos, Lourenço Pires Carvalho nasceu em finais do século XVI e, após ter cumprido serviço na Índia, regressara a Portugal em virtude da morte do irmão mais velho, tendo aqui casado com a filha do Conde de Miranda, D. Madalena de Vilhena⁷⁹. Existem indícios de que em 1618 já Lourenço Pires Carvalho despachava com seu pai⁸⁰: em 1633, na perspectiva da futura sucessão no cargo, Lourenço Pires pedia mesmo ao rei que fosse nomeado na carta de ofício como Alcaide-Mor das Obras Reais, e que daí para a frente passasse a ser essa a titulação oficial⁸¹. A sobreposição de funções, que podia neste caso corresponder a uma partilha informal do trabalho, é mais evidente a partir da década de 30, aparecendo pai e filho, por exemplo, envolvidos na campanha de concertos do paço real para a esperada visita do infante D. Carlos⁸². Enfim, em diversas nomeações dependentes da Provedoria, entre elas as dos lugares para aprender a arquitectura passadas entre 1639 e 1641, Lourenço Pires Carvalho intitula-se mesmo Provedor das Obras Reais, uma ssumpção efectiva da esperada substituição no ofício⁸³.

A ambos podemos do mesmo modo assacar a responsabilidade pela contratação de uma das mais interessantes obras da arquitectura lisboeta deste primeiro quartel de seiscentos, embora ao acto notarial de contratação apenas tivesse comparecido Lourenço Pires de Carvalho. Com o mestre-pedreiro Pedro Luís ficava acordada, em 1619, a remodelação de uma das capelas do cruzeiro da igreja jesuíta de São Roque, junto à sacristia, originalmente da invocação do Menino Jesus, e que devia estar finalizada cerca de 1622, segundo reza a inscrição gravada no espelho do degrau de acesso⁸⁴. A responsabilidade pela direcção e pelas traças da capela e do retábulo, segundo o estipulado no contrato de obrigação, recaía no arquitecto Baltasar Álvares⁸⁵, uma escolha óbvia que espelhava um natural processo de identificação com o sentido das grandes encomendas régias. Desta pequena estrutura abobadada, flanqueada no arco de acesso por dois pares de pilastras geminadas, tipologicamente muito próximas daquelas usadas por Baltasar Álvares na capela do Hospital da Luz, sobretudo no pormenor das caneluras abertas nos ábacos, ressaltam os efeitos decorativos obtidos pelo uso de diversos tipos de mármore e pedra-lioz. Tabelas coloridas, dispostas de forma surpreendente nas faces das pilastras e no intradorso dos arcos, alternando com motivos canelados, conferem grande vivacidade ao conjunto. Na composição do retábulo, com nicho central ladeado por duas colunas jónicas de

fuste polícromo, remate em frontão triangular interrompido e edícula de frontão curvo e tabela oval, Baltasar Álvares recorreu uma vez mais aos contrastes obtidos pelo recurso a pedras diferentes, um expediente decorativo manifestamente inédito entre nós.

Foi de tal forma inovador este projecto que chegou mesmo a pôr-se a hipótese de uma proveniência italiana⁸⁶, mas a identificação recente do contrato da obra não deixa margem para dúvidas quanto à sua origem. Compreende-se, no entanto, o substracto desta tradição. A “invenção” do trabalho decorativo com “pedras duras”, na verdade a recuperação de uma tecnologia antiga pelos artifices florentinos⁸⁷ do Cinquecento foi, a partir de meados do século, amplamente divulgada entre os arquitectos italianos. Giorgio Vasari, mais do que todos, entreviu as possibilidades plásticas da manipulação arquitectónica de pedras variadas, a que não eram estranhas, além de claros objectivos sumptuários, preocupações de ordem simbólica⁸⁸. Coincidiu sensivelmente com o último período de actividade de Vasari, que morreu em 1574, e também com a época de maior intensidade da moda dos mármore polícromos, uma estadia de aprendizagem de Baltasar Álvares em Itália. Rafael Moreira, que identificou o “grandísimo arquitecto” mandado a Itália por D. Sebastião, referido em 1580 pelo duque de Alba, com Baltasar Álvares, coloca essa viagem entre 1575 e 1578, o que parece plausível⁸⁹. É a memória desse confronto com a realidade italiana que Baltasar Álvares transporta para a experiência tardia da capela de São Roque, no que também pode ser entendido com uma singela homenagem aos Provedores das Obras. De facto, é mais do que certo que aquela viagem de juventude tivesse sido proporcionada pelo pai de Gonçalo Pires Carvalho, João Carvalho, que detinha então o ofício da provedoria. Infelizmente, do arquitecto não conhecemos intervenções afins por onde se possa aferir a excentricidade desta obra, como também não possuímos quaisquer exemplos suplementares de mecenatismo e do gosto da família dos Provedores, de forma a perceber o que resultou, ali, da vontade de um e de outros⁹⁰.

Figura chave da administração filipina, que ajudou a implantar no reino português, como vimos, o ineludível valimento de Gonçalo Pires Carvalho junto da corte não impediu todavia que se sentisse injustiçado pelo poder real. No ano de 1608, o Provedor apresentou uma petição a Filipe III, solicitando um conjunto nutrido de mercês: “... de una encomienda, o, encomiendas de las primeras que vacaren de 2 mil cruzados para el y su hijo maior, y enquanto no fuere proveido aya la dicha cantidad en tença: y assi le haga merced de 1250 cruzados de renta de los bienes que vacaren para la Corona por muerte de personas que no tuvieren hijos, para el y por su muerte para el su hijo maior: y de un viaje de capitán maior de las Naos de la yndia, y de la encomienda que tiene de Aguiar de la beira para uno de sus hijos, y de diez mil cruzados para ayuda de pagar sus deudas, y de una de las tres fortalezas de la yndia para un hijo, y de 1000 cruzados de penciones para otro hijo que estudia para servir a Vuestra Magestade y de 1000 cruzados de tença por su muerte del supplicante para dona Camilia de Noronha su mujer...”. Nos pareceres incluídos na consulta do Provedor, do Vice-Rei e do Conselho de Estado, alvitrava-se a mercê de uma encomenda de 7.500 cruzados a Gonçalo Pires, em substituição da que já auferia, no valor de 5.000 cruzados, e que por sua morte passasse ao primogénito⁹¹. Não sabemos se as súplicas tiveram êxito, mas a confiança mútua do Provedor das Obras Reais e dos soberanos espanhóis explicam o seu destino após 1640. Suspeito de implicação numa conjura contra D. João IV, foi aprisionado com o filho, Lourenço, no castelo de Lisboa. Gonçalo Pires foi solto pouco após; Lourenço Pires Carvalho morreu no cativeiro, em 1641⁹².

Depois de um breve interregno, marcado pela ascensão do pessoal burocrático ligado à Casa de Bragança, a Provedoria regressa à propriedade da família Pires de Carvalho. Sem peso institucional, e já noutra conjuntura artística, a sua história passa a confundir-se com a de outros cargos palatinos sem conteúdo prático, sem peso e sem influência na determinação dos mais importantes programas arquitectónicos da sua época.

NOTAS

¹ Monique CHATENET, “Le coût des travaux dans les résidences royales d’Île-de-France entre 1528 et 1550”, in *Les Chantiers de la Renaissance*, Paris, 1991, p. 115.

² As reformas institucionais necessárias foram levadas a cabo a partir de 1594 por Henrique IV. Não só foi alargado o âmbito geográfico desta Superintendência como, confiada originalmente ao Duque de Sully, passou a constituir uma estrutura de mediação poderosa entre o mecenas e a obra que sustentava, encarregando-se o Superintendente de uma apreciável quantidade de atribuições, que incluíam a complexa e delicada organização de grandes festejos públicos. Vd. Bernard BARBICHE, “Henri IV et la Surintendance des Bâtiments”, in *Bulletin Monumental*, Tome 142-I, Paris, 1984, pp. 19-39. Curiosamente, ao Superintendente apenas escapava a administração das fontes e de outros complexos hidráulicos das casas reais francesas (Geneviève Bresc-Baulier, “Fontaines et fontaniers sous Henri IV”, in *Les Arts au Temps d’Henri IV*, Bordeaux, 1984, pág. 94).

- ³ Véronique GERARD POWELL, “L’organisation des chantiers royaux en Espagne au XVIème siècle”, in *Les Chantiers de la Renaissance*, Paris, 1991, pp. 155-163.; idem, *De Castillo a Palacio El Alcázar de Madrid en el siglo XVI*, Bilbao, 1984, p. 9.
- ⁴ Veja-se a resenha traçada por Virginia TOVAR MARTIN, “Juan Bautista Crescencio en la Arquitectura Española del siglo XVII”, in *Archivo Español de Arte*, nº 215, Madrid, 1981, pp. 297-317. A direcção técnica unificada da arquitectura espanhola é de igual modo uma criação filipina; em 1561, na pessoa de Juan Bautista de Toledo, como *Arquitecto de Su Magestad* e em 1587, na de Juan de Herrera, nomeado *Architecto General* (Fernando MARIAS, *El Largo Siglo XVI*, Madrid, 1989, pág. 499).
- ⁵ O aparecimento de instituições afins e a sua relação com uma estrutura de poder tendencialmente centralizadora é reconhecível noutros exemplos: veja-se o caso da Sabóia, onde Emanuel Filisberto, neto de D. Manuel, cria, em 1570, uma *Sovrintendenza generale delle Fabbriche*, destinada a controlar os gastos financeiros com os empreendimentos edíficos do ducado [Andrea BARGHINI, “Fonti archivistiche per il palazzo ducale di Torino”, in *L’Architettura a Roma e in Italia (1580-1621)*, Atti del XXIII Congresso di Storia dell’Architettura, Roma, 1989, pág. 107]. Em Roma, onde a atomização política era evidente, a situação apresentava-se substancialmente diferente; veja-se, para uma época um pouco mais tardia *In Urbi Architectus-Modelli, Disegni, Misure. La Professione dell’Architetto, Roma 1680-1750*. Roma, 1991. À situação em Espanha, na 2ª metade do século XVII e no 1º quartel do século XVIII, têm sido dedicadas excelentes páginas. Vd. Beatriz BLASCO ESQUIVIAS, “El Madrid de Filippo Juvarra y las alternativas locales a su proyecto para el Palacio Real” in *Filippo Juvarra*, Madrid, 1994, pp. 45-111 e Idem, “El Maestro Mayor de Obras Reales en el siglo XVIII, sus aparejadores y su ayuda de trazas”, in *El Real Sitio de Aranjuez y el Arte Cortesano del siglo XVIII*, Madrid, 1987, pp. 271-286.
- ⁶ A.L. de CARVALHO HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, 1985, I, pág. 131, e Saúl António GOMES, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Coimbra, 1990, pág. 65. Esta última obra apresenta uma abordagem inédita, e excelentemente documentada, da organização técnica e administrativa do estaleiro batalhino.
- ⁷ A antiguidade do cargo pode inclusive remontar a D. Dinis, no tempo de quem, segundo D. Luís Caetano de Lima, já existiria o ofício de *Paceiro Mor*. A este título sucedeu depois o de *Vedor mor das Obras*, ocupado simultaneamente no séc. XV por três funcionários distintos, cada um com autoridade sobre outras tantas grandes áreas territoriais (Luís Caetano de LIMA, *Geografia Histórica*, vol. I, Lisboa, 1734, pp. 497-502). O aparecimento dos vedores no âmbito do oficialato da Corte constitui um claro sintoma da modernização administrativa de finais da Idade Média, correspondendo a uma maior especialização do pessoal burocrático (Rita COSTA GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, 1995, pág. 35).
- ⁸ Sobre os paços reais durante a Idade Média veja-se, por todos, os atualizadíssimos ensaios de Rita Costa Gomes, *idem*, sobretudo pp. 255-275, na perspectiva da sua distribuição espacial e da sua ligação à itinerância da corte portuguesa, bem como de José Custódio VIEIRA DA SILVA, *Os Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, 1995, privilegiando o entendimento arquitectónico das estruturas palaciais.
- As achegas trazidas por Pedro Dias a esta discussão não são de modo algum conclusivas e se é indubitável que “durante todo o século XV [não houve] na corte portuguesa qualquer organismo centralizador que cuidasse das empresas régias” (p. 32), mas apenas um esforço difuso de introduzir alguma racionalidade administrativa na sua organização, como procuramos demonstrar, os comentários sobre a situação no período manuelino carecem de exactidão (Pedro DIAS, “Os artistas e a organização do trabalho nos estaleiros portugueses de arquitectura, nos séculos XV e XVI”, in *A Viagem das Formas*, Lisboa, 1995, pp. 15-33).
- ⁹ Não se conhece a data de nomeação mas o documento de outorga da mercê ao Provedor que lhe sucede é bem claro, ao explicitar a anterioridade de Bartolomeu de Paiva no cargo de Provedor, AN/TT, Chancelarias Régias, D. João III, Doações, Lº 21, fl. 28vº.
- ¹⁰ SOUSA VITERBO, *Notícia de alguns pintores portugueses e de outros, que não sendo portugueses, exerceram a sua arte em Portugal*, Lisboa, 1903 pág. 105. Bartolomeu de Paiva dirigiu também a obra dos Estuás de Lisboa (Vd. “Carta de Bartolomeu de Paiva a Affonso Monteiro, Almojarife das obras reais na Casa da Índia ordenando da parte de El Rei que se desse a Bartolomeu Rodrigues a madeira que lhe fosse necessaria para acabar a obra do Paço dos Estaos onde está a Inquisição” (AN/TT, *Cartas Missivas*, Maço I, doc. 457). A assinatura de Bartolomeu de Paiva consta também de uns apontamentos dados no ano de 1532 a João de Castilho para se reformarem algumas obras realizadas no Convento de Cristo em Tomar (Manuel da SILVA REIS, “Os Livros das Cartas dos Reis de Portugal para o Convento de Tomar (1519-1590)”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar*, nº 14, Tomar, Março de 1991, pág. 139). Em 1534 era ainda vivo Bartolomeu de Paiva, recebendo então uma tença de 138 mil reis pela capitania da Torre de Belém, onde tinha a obrigação de manter dez homens (B.A., 49-XII-14, *Tenças, Moradias, e ordenados da Caza do Senhor Rey D. João o 3º pellos annos de 1534*, fl. 29).
- ¹¹ SOUSA VITERBO, *op. cit.*, vol. III, pp. 302-304.
- ¹² AN/TT, *Obras de Setúbal em 1526*, Fundo Antigo, Ms. 815, fl. 1, cit. in José Custódio VIEIRA DA SILVA, *O Tardo-Gótico em Portugal - a arquitectura no Alentejo*, Lisboa, 1989, pág. 189.
- ¹³ Esta obra correu, de facto, sob a direcção de Diogo de Castilho e segundo um projecto avalizado por Bartolomeu de Paiva (Prudêncio Quintino Garcia, *Documentos para as Biografias dos Artistas de Coimbra*, Coimbra, 1923, pág. 176, cit. in José Custódio Vieira da Silva, *idem, ibidem*).
- ¹⁴ Uma carta régia de 1533 endereçada ao Conde de Castanheira, Vedor da Fazenda de D. João III, contém uma notícia suplementar sobre Bartolomeu de Paiva, a quem o rei mandava averiguar da possibilidade de serem construídos em Lisboa, junto a Santos, e segundo o parecer de um mestre João Jorge, alguns moinhos. O comprometimento da fazenda real nesta obra era patente, definindo-se na esfera de acção do Provedor o zelo pelos interesses patrimoniais do Rei (John FORD, *Letters of John III, King of Portugal*, Cambridge Massachussets, 1931, pp. 107-108).
- ¹⁵ Rafael MOREIRA, “Arquitectura: Renascimento e classicismo” in *História da Arte Portuguesa* (dir. Paulo Pereira), vol. II, Lisboa, 1995, pp. 345-346.
- ¹⁶ Vd., a propósito, a carta régia de 31 de Março de 1533 sobre a construção da Alfândega Nova, referindo a paragem da obra, o que motivara uma queixa de Bartolomeu de Paiva, por não se ter ainda feito o cais projectado para o local (*Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livro de Reis*, vol. VII, Lisboa, 1962, p. 82, doc. nº 79).
- ¹⁷ Vd. nota (8).
- ¹⁸ Além da evidência de uma intervenção programática por parte de D. João III ressalta também uma lendária habilidade técnica, já que o rei não hesitava em fazer alguns bem conseguidos debuxos (Rafael MOREIRA, “Arquitectura” in *As Descobertas e o Renascimento, Formas de Coincidência e de Cultura*, Catálogo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Lisboa, 1983, pp. 310 e 311).
- ¹⁹ O valimento de Pero Carvalho junto do rei é de assinalar: começou como moço de guarda-roupa de D. Manuel, como tal constando no seu Livro de Tenças, onde se lhe lançou um pagamento de 20.000 reais com o hábito da Ordem de Cristo (A. BRAANCAMP FREIRE, “Livro das Tenças del Rei”

- in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. II, nº 3, Lisboa, 1904, pág. 113); já ao serviço de D. João III “*foy seu Camereiro(...), Ministro a Saboya, mandado a visitar a Infanta Duqueza D. Brites, e a tratar com o Duque seu marido negocios de importancia, e depois com o Emperador Carlos V*” (Manuel Caetano de SOUSA, *Historia Genalogica da Casa Real Portuguesa*, Liv. IV, pág. 305).
- 20 Curiosamente, ainda se conservava em 1689 a memória dos livros de registo com os “*papeis tocantes ao officio de provedor das obras E paços (com)(...) algumas consultas do dito officio de provedor das obras, sobre pessoas E officios subordinados a elle...*” que haviam sido levados para Madrid! (AN/TT, *Miscelâneas Manuscritas*, Livro 168, fl. 141). Deste arquivo da Provedoria devem também provir alguns documentos actualmente conservados na Biblioteca Nacional de Paris. Trata-se de um conjunto de cartas da época sebástica –recopiadas em 1618– relativas à política externa portuguesa, a questões de armamento e fortificações no Norte de África, com a menção de terem pertencido a Lourenço Pires Carvalho (Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião*, Coimbra, 1958, pp. 57 e segs.).
- 21 O que levou inclusive a que Raczyński o tomasse por arquitecto, baseado no pedido da Abadessa da Madre de Deus a D. Catarina para que se continuassem os trabalhos no convento (AN/TT, C.C., parte I, mç. 87, doc. 37); RACZYŃSKI, “*Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*”, in *Les Arts en Portugal*, Paris, 1846, pág. 42. Sabe-se ainda que esteve ligado à construção do convento de ValBenfeito (AN/TT, C.C., parte I, mç. 63, doc. 115) casa da especial predilecção de D. Catarina (sobre o interesse da rainha no convento obidense vd. AnneMarie JORDAN GESCHWEND, “*A Habsburg relic for the Monastery of ValBemfeito*”, in *Boletim Cultural da Póvoa do Varzim*, vol. XXVI, nº 2, 1989, pp. 573-589, especialmente a nota (18)). Ainda ligado ao mecenato de D. Catarina, serviu de intermediário no pagamento de uma esmola de 2.000 réis para as obras da igreja de S. Sebastião de Évora (AN/TT, Fundo Antigo, *Livro de despeza da Caça de D. Catarina*, Livro 792, fls. 115-116). Em 1547 Pero Carvalho estava encarregado de mandar ladrilheiros de Évora para as obras de Tomar (Rafael MOREIRA, *A arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada na FCSH da UNL, ex. fotocopiado, 1991, vol. II, pág. 96). Na campanha de modernização do Mosteiro de Alcobaça, concebida por D. João III e pelo Cardeal-Infante D. Henrique, organizada pelo frade jerónimo Frei António de Lisboa e levada a cabo pelo arquitecto régio Miguel de Arruda, ressalta mais uma vez o papel de mediação exercido por Pero Carvalho (BNL, Sec. Reservados, Cod. 8842, fl. 190; vd. Rafael MOREIRA, “*A encomenda artística em Alcobaça no século XVI*”, in *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, Lisboa, 1995, pp. 43-63).
- 22 “*Carta de João de Castilho a D. João III sobre a construção de Mazagão.2 de Setembro de 1542*” (Rafael MOREIRA, *A arquitectura do Renascimento...*, pág. 96).
- 23 Esta contaminação da festa pelo “político”, bem como uma consequente reformulação da imagem régia, marcou a evolução das Entradas Régias portuguesas durante o séc. XVI (Ana Maria ALVES, *As Entradas Régias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d.). Em relação às festas públicas veja-se o papel do neto de Pero de Carvalho na organização dos palanques dispostos no Terreiro do Paço para a realização de uma tourada, no ano de 1605 [cfr. nota (65)].
- 24 Uma abundante documentação destes pequenos trabalhos pode ser consultada no AN/TT, Colecção S. Vicente, vol. 7.
- 25 Rafael MOREIRA, “*Novos Dados Sobre Francisco de Holanda*” in *Sintria*, I-II (1), Sintra, 1982-1983, pág. 627. São inúmeros os testemunhos da importância social e do peso político de Pero Carvalho: em 1543 eram-lhe concedidos os privilégios de Desembargador, que passariam a valer também para seu filho João segundo um alvará régio de 1557, confirmado em Outubro de 1563 (“*Os originais do Cartório da Câmara Municipal de Évora*”, in *A Cidade de Évora*, nos. 51-52, Anos XXV-XXVI, Janeiro-Dezembro, 1968-69, pág. 226); no ano de 1557 assistia ao conselho restrito que entregaria a regência a D. Catarina (Maria do Rosário de SAMPAIO THEMUDO BARATA DE AZEVEDO CRUZ, *As regências na menoridade de D. Sebastião*, Lisboa, 1992, vol. I, pág. 34). São, enfim, também conhecidos alguns poemas jocosos sobre o Provedor das Obras (*Cartas de desbarates que Gil Mestre, mestre da Capella del Rey D. João o 3º escreveo a Pero Carvalho*, B.A. 51-II-24, fls. 91vº a 93, identificada por Joaquim de Oliveira Caetano, a quem agradecemos a informação).
- 26 Trata-se do regimento dado a Diogo de Torralva para as obras do Convento de Cristo em Tomar. Viterbo, op. cit., vol. III, pág. 131.
- 27 AN/TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, Livro 10, fl. 23, *Registo de carta régia nomeando João Carvalho, filho de Pero Carvalho e fidalgo da Casa Real como Provedor das Obras Reais*.
- 28 Seguimos aqui a notícia biográfica dada em RUI CARITA, *A Arquitectura Militar na Madeira - Séculos XV a XVII*, Dissertação em História Moderna apresentada à Universidade de Lisboa, ex. policopiado, Funchal, 1993, vol. I, pág. 135., retomada pelo mesmo autor em “*A defesa do Atlântico nos séculos XV e XVI*”, in *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Porto, 1994, pp. 111-122. A avaliação das implicações institucionais do officio de Provedor das Obras Reais é aqui tentada pela primeira vez pela historiografia da arquitectura portuguesa. No entanto, não só a figura de Álvaro Pires aparece claramente sobrevalorizada, como faltam elementos capitais para o esboço da história e atribuições orgânicas da Provedoria das Obras [Cf. tb. RUI CARITA, *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)*, Funchal, 1984].
- 29 Em 1551 assinava o documento de outorga de uma pensão à mulher do engenheiro Inofre de Carvalho, então no Oriente (Sousa Viterbo, op. cit, vol. I, pp. 529 e 530).
- 30 Rui Carita, idem, pág. 125.
- 31 Ibidem, pág. 126.
- 32 Além da coordenação da construção e manutenção de fortificações, os engenheiros-mor propiciaram a circulação de formas arquitectónicas no espaço imperial contribuindo, ao mesmo tempo, para o controlo político e militar e para a homogeneidade arquitectónica de tão vastos territórios (Cf. Rafael MOREIRA, “*O engenheiro-mór e a circulação das formas no Império Português*”, in *Portugal e a Flandres, 1550-1680*, Lisboa, 1992, pág. 97-107).
- 33 Não deixa de ser significativo que a encomenda de grandes obras se atomize em torno de iniciativas particulares, em que se podem contar, por exemplo, a reconstrução da capela-mor dos Jerónimos, custeada por D. Catarina a partir de 1571 (Annemarie JORDAN GESCHWEND, “*A Capela-mor: um panteão real para a dinastia de Avis*”, in *Jerónimos, 4 Séculos de Pintura* [Coord. Anísio Franco], vol. II, Lisboa, 1993, pp. 74-90) a construção da Igreja de Nossa Senhora da Luz, a expensas da Infanta D. Maria e os episódios ligados ao mecenato do cardeal D. Henrique em Évora, de que a construção da igreja do Espírito Santo é um caso paradigmático.
- 34 Ao contrário do que pensa Rui Carita, Álvaro Pires não foi Provedor das Obras Reais antes de 1578 ou de 1579. Basta um rápido olhar pela documentação compulsada por Sousa Viterbo para se ter disso uma prova concludente: em 1566 aparece referido João Carvalho na certidão de uma mercê dada a Baltasar de Arruda, como “*fidalgo de mynha casa e prouedor de mynhas obras*” (vol. I, pág. 513); em 1568, na mercê de 18 mil réis

de ordenado a Francisco Godinho mestre das obras de carpintaria “que mado fazer nesta cydade de Lixboa” (IDEM, pág. 427); em 1573, na nomeação de Pero Gomes como mestre de carpintaria dos paços reais (IBIDEM, pág. 437). O moço fidalgo João Carvalho, filho de Pero Carvalho, aparece em 1576 nas *Matrículas da Casa de D. Sebastião* (BNL, Reservados, Mss. 208, n.º 36, fl. 16v.º). Integrando a expedição africana de D. Sebastião (cf. *Rol dos Homes que El Rey Mádou Aperceber*, B.N.L., Secção de Reservados, Cod. 398, fl. 24 e segs.) a sua sorte consta do alvará de 18 de Agosto de 1590 de confirmação de privilégios das herdades de Gonçalo Pires de Carvalho, filho de João Carvalho, “que morreu na Batalha de Álcacer” (“Os originais do Cartório da Câmara Municipal de Évora” in *A Cidade de Évora*, nos. 53-54, Anos XXVII-XXVIII, Janeiro-Dezembro, 1970-71, pág. 128). Um outro filho de João Carvalho, Pero Carvalho, foi feito prisioneiro, tendo morrido em terras africanas. (cf. *Rol dos fidalgos que ficaram cativos em Africa dispois do disbarate del Rey Dom Sebastiam o anno de 76 em agosto*, Biblioteca Nacional, Secção de Reservados, Cod. 1569). Em Agosto de 1581, D. Maria de Castro, viúva de João Carvalho, recebia a tença devida às viúvas de todos os que haviam perecido na jornada de África (AN/TT, Núcleo Antigo, Ementas da Casa Real, n.º 124, fl. 26v.º).

³⁵ Esta informação, que agora damos em primeira mão, é de capital importância para o entendimento de uma obra capital da arquitectura portuguesa bem como do alcance do envolvimento régio. Em 14 de Janeiro de 1581 escrevia Filipe II ao Meirinho-mor D. Duarte de Castelo-Branco: “*Meirinho mor Amiguo Eu El Rey uos enuiu muito saudar ey por meu seruiço que se ponha logo em effeito a obra que tenho assentado que se faça nos Paços da Ribeira cõforme a ordem que de cá [de Elvas] levou felippe terço e que se conçertem logo os Paços de Almeirim de tudo o necessario para eu poder estar nelles. E escreuo a Alvaro Pires que entenda logo em ambas estas cousas e uos falle no dinheiro que pera ellas for necessario...*” B.A. 49-X-1, fl. 299. Esta entrevista é confirmada em outra carta de Filipe II, escrita a 8 de Junho de 1580, de Badajoz, ao embaixador de Castela em Portugal, Rodrigo Vasquez Arze: “*...Quedo assi mismo advertido de la yda de Phelippe Terzio á Eborá, y tengo por bien de servirme del como se os escrivio con el passado, y assi le podreis avisa[r] (se ya no lo haviertes hecho) que se venga luego con la cubierta y por el camino que lo pueda hazer con mas seguridad. No es mal indicio el aver cessado la fortificacion de Setubal y Cabeça Seca procurareis saber como ha quedado y avisareisme dello*”. A.G.S., Estado, Leg. 8769, fls. 88, transcrita em Francisco Ribeiro da Silva, “A diplomacia secreta de Filipe II em Portugal e os mesteiros de Lisboa (1579-1580)”, in *Estudos de Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, 1992, pág. 263. Geoffrey PARKER (“Philip II and his world” in *Spain, Europe and the Atlantic World - Essays in honour of John H. Elliot*, Cambridge, 1995, p. 250) refere a presença de Terzi no Escorial, com Juan de Herrera, de onde terão ambos partido com ordens para virem a Portugal trabalhar nos palácios reais. Esta afirmação parece, no entanto, ter uma base dedutiva e carece de confirmação documental.

A controversa questão da autoria do Torreão fica, em parte, esclarecida. Em parte porque se torna evidente que a génese do projecto deve ter resultado da discussão prévia do programa entre o próprio rei, Terzi e, possivelmente, Herrera. De qualquer modo, a responsabilidade da direcção do estaleiro e a possibilidade de alterar as traças estabelecidas fazem de Terzi o principal protagonista desta obra. Como tal o lembraria mais tarde o arquitecto Mateus do Couto no seu Tratado de Arquitectura, sancionando determinada liberdade estilística porque já a havia usado Terzi no Torreão da Ribeira (*Tratado de Architectura que leo o Mestre Architecto Matheus do Couto O Velho no anno de 1631*, fl. 24)..

³⁶ *Colección de documentos inéditos para la historia de España*, XXXIII, 1859, 326-32.

³⁷ B.A. 49-X-1, fl. 314, Carta solicitando que se pedisse parecer a Terzi e Álvaro Pires sobre o estado das obras.

³⁸ *Idem*, fls. 351v.º e 352, esta expedida de Tomar, onde de reuniam então as Côrtes.

³⁹ *Ibidem*

⁴⁰ Regista-se, na correspondência de D. Diogo de Castelo-Branco para Filipe II, informação regular sobre o andamento destes e de outros trabalhos (B.A. 49-X-4): a 19 de Janeiro de 1581 confirmava a entrega de dinheiro a Álvaro Pires e Terzi (fl. 246), no dia 10 de Fevereiro referia a preparação, com o Provedor das Obras, do estrado e bancos para as Côrtes de Tomar (fl. 257), a 17 de Fevereiro referia ter dado ordem a Luís César e a Álvaro Pires para acompanharem Terzi às obras dos paços e armazéns (fl. 262), no dia 19 de Abril falava também de intervenções nos Paços de Sinta e Almeirim, ressaltando que o dinheiro nunca faltaria para estas empreitadas (fls. 310 e 310v.º) e, enfim, no dia 26 do mesmo mês, declarava ter entregue 20 mil cruzados para as obras da Ribeira, a pedido de Terzi, além de uma soma não especificada para Almeirim (fl.315v.º).

O dinheiro que faltava para as obras escasseava, também, para o pagamento do ordenado devido a Álvaro Pires. A 31 de Janeiro de 1584, por exemplo, ainda se deviam trinta mil réis ao Provedor referentes ao exercício do ano anterior (AN/TT, Núcleo Antigo, Ementas da Casa Real, L.º 125, fl. 10).

⁴¹ Sobre a renovação orgânica imposta por Filipe II e consumada na obra de Herrera veja-se Catherine WILKINSON ZERNER, *Juan de Herrera - Architect to Philip II of Spain*, New Haven and London, 1993.

⁴² AN/TT, Chancelaria de Filipe I, *Registo de carta régia a Gonçalo Pires Carvalho para concessão do cargo de Provedor das Obras*, Doações, Livro 18, fls. 231 e 231v.º. Além das confirmações regulares de privilégios, exaradas nas Chancelarias deste reinado e dos seguintes, a importância crescente de Gonçalo Pires Carvalho levou à sua nomeação, em 1594, para o Conselho Régio (AN/TT, Arquivos Particulares, Arquivos Pessoais e de Família, Coleção Adília Mendes, mc. 2, n.º 36). É desconhecida a actividade de Gonçalo Pires anteriormente a 1588, salvo duas breves notícias de pagamentos lançados nas Ementas da Casa Real: em 1584, pela outorga de 100 mil réis a serem pagos no almoxarifado de Setúbal do rendimento que aí tinha (AN/TT, Núcleo Antigo, Ementas da Casa Real, L.º 125, fl. 20); em 1586, de 8.000 réis que *lhe montavão aver de seus corregimentos de escudeiro, a que foi acrecentado de Moço fidalgo, por ter dous mil e oitoçentos réis de moradia por mes* (AN/TT, *idem*, fl. 198).

⁴³ Tanto este Regimento como todos os que referiremos em seguida estão hoje perdidos ou, pelo menos, não foram ainda identificados. Através do testemunho indirecto de Gonçalo Pires Carvalho, em carta enviada a Filipe III em 22 de Outubro de 1604, de que se conserva uma cópia, é possível reconstituir uma relativamente longa lista de relatórios e regimentos (Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Cx. 49, doc. 197. Transcrição em J. Manuel da SILVA CORREIA e Natália CORREIA GUEDES, *O Paço Real de Salvaterra de Magos*, Lisboa, 1989, pág. 86).

⁴⁴ Este documento originou na altura uma provisão que consignava aos paços de Lisboa 200 mil réis de fábrica, aos de Sintra 150, oitenta aos de Salvaterra e aos de “*almeirim ribeira de muja duzentos*”. *Idem*, *ibidem*.

⁴⁵ Segundo a expressão de Catherine WILKINSON ZERNER, op. cit., pp. 63 e segs. Geoffrey Parker (op. cit., pág. 250) fala mesmo da “castelhanização” dos palácios reais portugueses, na linha da integração política e territorial dos dois reinos ibéricos.

⁴⁶ Sobre o papel de Francisco de Mora, nomeadamente a sua responsabilidade no desenho da Cartuxa de Évora vd. Agustin BUSTAMANTE e Fernando MARIAS, “Francisco de Mora y la arquitectura portuguesa”, in *As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimientos*, Coimbra, 1987, pp. 277-318. É de salientar igualmente a atribuição do Convento dos Remédios, em Évora, ao arquitecto espanhol.

- 47 Idem, pág. 279.
- 48 Além da documentação compulsada por Eduardo FREIRE DE OLIVEIRA (*Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 1887, e retomada por Ayres de Carvalho (*D. João V e a Arte do Seu Tempo*, vol. II, Lisboa, 1962, pág. 26), tivemos, por outro lado, oportunidade de revelar o apontamento de uma despesa feita no dia 2 de Janeiro de 1605 com um “*pasaporte a francº de mora aposentador de Palacio para pasar a Portugal...*” (B.A., *Governo de Espanha*, 51-IX-11, fl. 409, Miguel SOROMENHO, “O Mosteiro e Igreja de São Vicente de Fora”, in *O Livro de Lisboa*, Lisboa, 1994, pág. 217, nota [17]).
- 49 B.A. 51-VIII-19, fl. 67 vº (104).
- 50 Em 1 de Fevereiro de 1605, com a menção de que *as traças das obras que passassem a francisco de moura que se devem fazer nas maes Casas Reaes que V. Magestade tem neste Reino se enviarão brevemente* (B.A. 51-VIII-19, fls. 73vº e 74 [119]).
- 51 Rafael MOREIRA “O Torreão do Paço da Ribeira”, in *Mundo da Arte*, nº 14, Coimbra, 1983, pp. 43-48. Segundo a datação proposta por Rafael Moreira, cerca de 1587-88, os desenhos não podem ser atribuídos a Mora, então fora de Portugal. A manter a autoria, inclinamo-nos para a data de 1605, identificando-os com as traças enviadas a Filipe III por D. Pedro de Castilho. A importância desta campanha transcendeu as próprias balizas da intervenção de Francisco de Mora, pois os planos que deixou eram ainda seguidos nas obras de 1612 e 1619 (*idem*, pág. 43).
- 52 Documento publicado por Eduardo FREIRE DE OLIVEIRA, *Elementos...*, vol. III, pp. 531 e 532. É uma cópia de 1699 da carta original de Filipe II, incluída numa consulta da Câmara a el-rei sobre dúvidas surgidas quanto às jurisdições do Provedor das Obras Reais.
- 53 Idem, pág. 532.
- 54 Sobre a organização do estaleiro do Escorial e a evolução para sistemas de trabalho mais modernos cf. José L. CANO DE GARDOQUI GARCÍA, “El profesionalismo de los maestros y oficiales de la fábrica de El Escorial. La organización de los trabajos”, in *Juan de Herrera y su influencia*, Santander, 1993, pp. 27-42.
- 55 A carta de Filipe II (vd. nota 46) data de 29 de Setembro de 1597; Herrera falecera em Janeiro desse ano.
- 56 Mesmo se estes três lugares, mais do que uma iniciação ao estudo da arquitectura, representavam um estágio na carreira das obras régias (Rafael MOREIRA, “A Escola de Matemática do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid” in *As Relações Artísticas Entre Portugal e a Espanha na Época dos Descobrimientos*, Coimbra, 1987, pág. 66). A inexistência de uma obrigação de aprendizagem teórica, que Rafael Moreira aponta, não parece ser exacta. A composição do Tratado de Arquitectura de Mateus do Couto (vd. nota [28]), por exemplo, outro objectivo não teve do que servir de apoio às lições.
- 57 Segundo o que se depreende na resposta a uma Consulta de Gonçalo Pires Carvalho enviada para Madrid a 17 de Janeiro de 1632 sobre algumas dúvidas havidas na nomeação de Mateus do Couto (Arquivo Histórico Militar de Lisboa, 1ª Divisão, 1ª Secção, Caixa 2, nº 3, transc. in RUI CARITA, *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)*, Funchal, 1984, pág. 131).
- 58 Não é por acaso que, pela mesma época, uma organização administrativa idêntica aparece na Casa dos duques de Bragança, a maior casa nobre portuguesa, responsável por um ambicioso programa de encomendas arquitectónicas, no Alentejo. O mais antigo documento até agora identificado com referências ao Provedor das Obras do Duque de Bragança remonta a 15 de Maio de 1601: trata-se de um “*contrato de pedraria das casas novas do Senhor duque de Bragança, entre o seu provedor de obras, Escovar de Lira, e os pedreiros calipolenses Manuel de Loureiro e Manuel Rodrigues para executarem a obra dos novos corpos, no terreiro ducal...*” (Arquivo Distrital de Évora, Tab. A. Cordeiro, livro 6, fls. 60 vº - Vila Viçosa, in Túlio Espanca, “Documentos Notariais inéditos e Artistas Alentejanos dos Séculos XVI, XVII e XVIII”, *A Cidade de Évora*, nos. 67-68, Évora, Anos XL-XLI, 1984-85, pág. 104).
- 59 Em 1595 dizia a Mesa da Consciência e Ordens que *pertendendo o provedor das obras do paço correr cõ as obras de Thomar, Avis e Palmella e Igrejas das ordens: mostrou a Mesa que lhe não competia mas si a pessoas que a Mesa determinar* (BNL, Sec. Res., Col. Pombalina, 154, “Mesa das Três Ordens Militares de Christo, Santiago e Avis: Bullas, Decretos e Assentos” fl. 318). Em 1633, a Mesa da Consciência e Ordens queixava-se novamente da violação da sua jurisdição sobre as obras nas casas das ordens religiosas e militares por parte do Provedor, no que foi atendida por Filipe IV (AN/TT, Mesa da Consciência e Ordens, *Ofícios*, Maço 12 -Cópia da carta régia incluída numa consulta do arquitecto Mateus do Couto II, de 19 de Julho de 1668).
- 60 B.A., 44-XIV-24, fls. 68 e 68º, *Informação sobre a consulta que se fez acerca da duvida que moueo Vasco Fernandes Cesar contra Gonçalo Pires Carvalho*. Este papel foi despachado em Janeiro de 1627 e faz parte duma colecção de informações e pareceres de Francisco d’Andrade Leitão, Desembargador da Casa da Suplicação.
- 61 A chave do cofre dos papéis do Mosteiro de Santos encontrava-se, em 1605, em poder do Provedor (B.A. 51-VIII-9, fl. 30) bem como as traças dos conventos de Palmela e Avis (B.A., 51-VIII-fl. 14).
- 62 B.A., 51-VIII-7, fl. 12.
- 63 AN/TT, Mesa da Consciência e Ordens, Lº 20, fl. 4vº.
- 64 Veja-se o pedido de Gonçalo Pires ao rei para que se mandasse passar uma provisão “*para que nenhuma das pessoas que tem tendas no pateo da capella dos meus paços da Ribeira da cidade de Lixboa possa vender nem trespassar os lugares das ditas tendas nem polas de novo sem sua licença*”, B.A., 51-VIII-6, fls. 41 e 42.
- 65 Um processo tão bem documentado como mesquinho foi o que se levantou a propósito da repartição dos lugares nos palanques montados para uma festa de touros, em 1605 (B.A., 51-VIII-7, fl. 12).
- 66 O testemunho do Provedor sobre esta empreitada é significativo: os planos de Nicolau de Frias foram postos à consideração do Conde de Portalegre por Gonçalo Pires Carvalho, que tratou ao mesmo tempo de assegurar o financiamento da obra e a compra de alguns materiais. Residindo em Sacavém, o Provedor prontificava-se, por outro lado, a acudir a Belém sempre que se tornasse necessário (AN/TT, Corpo Cronológico, Maço 114, nº 35). Acompanha a missiva o orçamento do arquitecto (Idem, nº 34). Sobre a cerimónia fúnebre e o cadafalso erguido por Nicolau de Frias cf. a *Relação das Exequias D’El Rey Dom Philippe nosso Senhor, primeiro deste nome, que Deos tem*, Lisboa, 1600.
- 67 Com Gonçalo Pires de Carvalho estava em 1605 a traça do Convento de Palmela e, provavelmente, a do Convento de Avis (B.A., 51-VIII-8, fl. 41).
- 68 B.A. 51-VIII-18, fl. 160vº.

- 69 B.A. 51-VIII-18, fl. 201vº.
- 70 B.A. 51-VIII-18, fl. 213.
- 71 No correio ordinário de 12 de Fevereiro de 1608: “*Sendo eu [D. Pedro de Castilho] informado que V. Magestade tinha mandado dinheiro para as sepulturas del Rey D. Sebastião que Deus tem e Del Rey D. Henrique e para os Retabolos das Capellas em que ellas ouverem de estar falej com gonçalo pires Carvalho e delle ententy que não tinha V. Magestade respondido a hua Consulta que sobre esta materia se lhe mandara de que aqui vay a copia com as traças que se fizerão para esta obra e assy me pareço que devia enviar estes papeis a V. Magestade para que V. Magestade seja servido de os mandar ver e ordene que se trate della persupondo que tudo o que for fazersse ella de maneira que não peje o cruzeiro que he tão insigne como se sabe se deve procurar ficando estas sepulturas com a descencia necessaria e com esta vay uma relação da despeza que do dito dinheyro se tem feito*”. B.A., 51-VIII-19, fl. 81.
- 72 AN/TT, Mosteiro dos Jerónimos, Maço 2, Doc. 52, nº 13, publ. in Anísio FRANCO (dir.), op. cit., vol. II, pág. 414. Vd. também Vitor Serrão, *A Pintura Proto-Barroca em Portugal 1612-1657*, Tese de Doutoramento policopiada, Coimbra, 1992, vol. I, pág. 649.
- Alguns anos mais tarde, no contrato para a pintura dos tectos da capela-mor da igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos, firmado em 1604 com os pintores Fernão Gomes e Diogo Teixeira, Gonçalo Pires Carvalho surgiria como uma das testemunhas, na qualidade de Irmão da Santa Casa da Misericórdia. Fruto do acaso ou da exiguidade do meio artístico lisboeta, esta associação pode remeter, por outro lado, para a capacidade do Provedor em orientar o gosto das clientelas mais activas (Dagoberto Markl e Vitor Serrão, “Os tectos maneiristas da Igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos [1580-1613]” Sep. do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 86-1º Tomo, 1980, p. 52).
- 73 BNL, Secção de Reservados, Col. Pombalina, nº 641, fl. 585.
- 74 Rafael MOREIRA, *Jerónimos*, Lisboa, 1991, pág. 10.
- 75 No denominado Códice Cadaval (AN/TT, Ilum. 38) conservam-se dezenas de desenhos de Giovanni Vincenzo Casale, Alexandre Massai, Leonardo Turriano, Filipe Terzi, Tiburcio Spanochi, entre outros, na sua maioria dedicados aos problemas da embocadura do Tejo. O único álbum seiscentista de desenhos de máquinas conhecido entre nós, na linha da tradição toscana que remontava a Tacola e a Francesco di Giorgio Martini, apareceu também na sequência dos trabalhos efectuados na foz do Tejo. O álbum manuscrito, composto pelo engenheiro Leonardo Turriano, reúne dois documentos diversos, um sobre a construção da fortaleza de São Lourenço da Cabeça Seca (Bugio), outro, datável de 1622, com os inventos para as dragagens fluviais (*Portugal e Flandras*, [dir. Rafael Moreira], Lisboa, 1992, pp. 180-183). Alexandre Massai foi o responsável por uma outra colecção de estudos, apresentados na sua *Descrição do Reino de Portugal* (1621), formada pelos desenhos deixados por G. Vincenzo Casale (vd. Lívio da COSTA GUEDES, *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1989). Mais testemunhos gráficos, ainda por identificar, devem existir em bibliotecas e arquivos portugueses e espanhóis, como aquele, recentemente publicado, com o desenho aguarelado de um dispositivo defensivo projectado em 1589 para impedir a entrada na barra do Tejo (AA.VV., *El Dibujo Técnico en la Historia, Siglos XVI, XVII y XVIII*), Valladolid, 1990, pp. 54-55).
- 76 Publ. in Lívio da Costa Guedes, op. cit., pág. 62.
- 77 B.A. 51-VIII-18, fl. 210vº.
- 78 B.A. 51-IX-3. Da relação de todos os officios dependentes do Provedor das Obras Reais consta efectivamente o do Engenheiro-Mor do Reino.
- 79 Gastão de MELO DE MATOS, “Panfletos do séc. XVII”, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. X, Lisboa, 1961, pp. 21-22.
- 80 Vd. nota (20).
- 81 AN/TT, Chancelaria de Filipe III, Doações, Lº 32, fl. 44.
- 82 B.A. 51-X-1. Deste copiadador de cartas do Governo de Portugal ressaltam as missivas de 24 de Setembro de 1631 (fls. 55 e 55vº), esta enviada a Lourenço Pires Carvalho com queixas relativas ao preço excessivo dos orçamentos elaborados pelos architectos para as obras do paço, e a de 27 de Dezembro de 1631, pedindo mais dinheiro para as mesmas obras (fls. 317 e 317vº).
- 83 B.A., 51-IX-3, fls. 189 e segs.
- 84 “O SITIO DESTA CAPELLA DA TRINDADE COM ESTA PARTE DO CRUZEIRO OPPOSTA A ELA FES E ORNOV G.LO PIZ CARVALHO E D. CAMILLA DE NORONHA SVA MOLHER POR LHO CONSEDER A COMP.A PERA SEV IASIGO E DE SEVS DESCENDENTES ERA DO SÖR 1622 ANNOS”. Leitura de Vítor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Subsídios para a sua História)*, Lisboa, 1902, pág. 199.
- 85 Vítor SERRÃO, “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, Sep. do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 90, Lisboa, 1984-1988, pág. 26.
- 86 Vítor RIBEIRO, op. cit., pág. 199, retomada em AYRES DE CARVALHO, “Dom João V and the Artists of Papal Rome” in *The Age of the Baroque in Portugal*, New Haven and London, 1993, p. 34. Sobre esta capela e a novidade que o projecto de Baltasar Álvares representou ver também Vitor SERRÃO, “Lisboa Maneirista - Oito notas a propósito da imagem da cidade nos anos 1557-1668”, in *O Livro de Lisboa* (Coord. de Irisalva Moita), Lisboa, 1994, pág. 199.
- 87 As implicações simbólicas e a dimensão heróica deste trabalho estão bem expressas no relato de Vasari que atribui ao próprio Cosimo de Medicis a descoberta, através de manipulações alquímicas, da forma de endurecer o ferro e torná-lo capaz de trabalhar o pórfito (Claudia CONFORTI, *Giorgio Vasari architetto*, Milano, 1993, pág. 14)
- 88 Idem, pág. 20.
- 89 Rafael MOREIRA, “A arquitectura militar” in *História da Arte em Portugal - O Maneirismo*, vol. 7, Lisboa, 1986, pág. 150.
- 90 Embora a notícia sobre o oratório de Gonçalo Pires Carvalho, em Évora, como consta de um auto de visita lavrado em 1591, contenha dados curiosos: ali existia um “*altar de madeira grande de abobada per sima todo de diamantes dalvanaria e oito columnas aroda por dentro*”, desactivado havia mais de trinta anos. Em 1597, continuava o oratório no mesmo estado de abandono. BPADE, B. da Manizola, Livro das Visitações dos Oratórios da Cidade de Évora, Cod. 61, fls. 52-52vº, cit. in Maria Antónia BARRELAS SEQUEIRA HESPANHOL, *Dom Theotónio de Bragança, o Primeiro Arcebispo de Évora no Domínio Filipino (1578-1602)*, Tese de Mestrado em História Moderna apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa, ex. policopiado, Lisboa, 1993, pp. 230 e segs.
- 91 Esta consulta conserva-se actualmente na British Library, em Londres, incluída numa miscelânea de manuscritos portugueses seiscentistas (Ms.

